

LEGISLAÇÃO

Porte de arma para veterinários avança sem base de dados

Projeto aprovado na Câmara quer armar a categoria. Especialistas contestam a premissa e a própria fonte usada para sustentá-la

» JOÃO PEDRO LARA
RESENDE DE CARVALHO*

Juliano Veiga de Oliveira, veterinário especialista em equinos e militar de 47 anos, conta que, numa noite de atendimento em Girassol, no Entorno do DF, uma colega de profissão desceu do carro para abrir a porteira e realizar um atendimento. Um homem pulou atrás dela, e outro rendeu o estagiário que a acompanhava. Os dois foram deixados em uma área de mata. Os assaltantes fugiram com o veículo e mais de R\$ 250 mil em equipamentos. Ela ficou meses sem atender. Juliano, que atua na mesma região e tem porte de arma por ser militar, não estava presente na ocasião. “A sensação de segurança melhora quando você tem a chance de se defender”, acredita.

Episódios como esse passaram a ser usados por parlamentares para defender a ampliação do porte. Em 12 de maio, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara aprovou o PL 5.976/2025, do deputado Marcos Pollon (PL-MS).

O projeto concede porte a médicos veterinários inscritos no Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). O Conselho informou que não foi consultado durante a tramitação nem possui levantamento sobre violência contra a categoria. Dos quase 240 mil registrados, 182,3 mil atuam em diferentes frentes: clínicas urbanas, frigoríficos e fazendas. No projeto, não há distinção de quem será beneficiado — se virar lei, o veterinário de pet shop em Brasília terá o mesmo direito ao porte que o profissional itinerante que percorre estradas de terra no Pará.

Sobre o mérito da proposta o CFMV também afirma não ter posição institucional e pontua que eventual manifestação dependerá de “análise técnica, jurídica e

Acervo Pessoal



Para o veterinário Juliano Veiga de Oliveira, a arma daria uma segurança maior para quem sabe usá-la

normativa aprofundada”. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) Roberto Uchôa aponta a ausência de dados como a principal fragilidade do projeto. “Não há estatísticas que apontem uma crise de violência contra veterinários no exercício da profissão. Elevar o risco dessas carreiras ao patamar de atividade policial carece de qualquer base empírica”, afirmou.

Para ele, a ideia de que o veterinário precisa de arma porque a

polícia demora é uma inversão perigosa. “Isso é privatizar a segurança pública e transferir o dever do Estado para o cidadão. A resposta correta são patrulhas rurais georeferenciadas e acompanhamento policial obrigatório em fiscalizações de risco.”

Na estrada, a história pode ser outra. Juliano Oliveira conhece a rotina. “Muitas vezes, a gente atravessa áreas sem polícia por quilômetros, dentro de estrada de terra. Você desce sozinho para abrir a porteira, volta para o carro — isso deixa a gente numa situação

muito desconfortável”, relata. Certa vez, na BR, próximo ao Jardim ABC, um carro o fechou. Os ocupantes estavam armados. Ele deu ré e entrou numa fazenda para despistá-los. “A arma para quem sabe usar dá uma sensação de segurança maior”, disse.

Dentro do curral, porém, Juliano tira a arma do coldre e guarda na mala antes do atendimento. “O tipo de coldre, o tipo de roupa, isso tudo faz diferença. Em determinadas situações, a arma sai e vai para dentro do carro, para algum lugar onde não vai te atrapalhar”,

explicou. Ele pode fazer isso porque é militar e atirador, não porque é veterinário.

O relator, deputado Junio Amaral (PL-MG), votou favoravelmente ao projeto, “partindo do pressuposto jusnaturalista do direito à autodefesa”. Amaral defendeu ainda “o fim do Estatuto do Desarmamento” e disse que a análise de legalidade caberá à CCJC.

O STF já derrubou ao menos quatro leis estaduais que ampliavam o porte sob o argumento de “atividade de risco”. Em decisões de 2024, declarou